Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987)

Sara Uchôa

"A cultura não se reduz à política. Seria um equívoco imaginar que a cultura é mero instrumento da ação política. Mas não há política universal que não mobilize valores culturais."
Carlos Nelson Coutinho

Introdução

Este texto é fruto de um trabalho de analise das Políticas Culturais na Bahia entre 1964 e 1987, ano do golpe militar que marca a entrada do Brasil na ditadura militar e o término da gestão no governo da Bahia de João Durval Carneiro, último governador eleito no período ditatorial.

A discussão encontrada no texto pode ser dividida em dois aspectos que se relacionam. O primeiro se trata da política cultural nacional, a visão de cultura e política dentro do Estado Nacional e as reflexões na política cultural baiana. O segundo aspecto é a relação da política baiana com a cultura do estado e a criação de uma identidade baiana, sempre tendo como pano de fundo a ditadura militar e as conseqüências do regime na cultura.

Quadro dos governadores da Bahia e responsáveis pela cultura do estado entre 1964 e 1987:

DATA	GOVERNADOR	SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
1963– 1966	Antônio Lomanto Junior	Luis Soares Palmeira Paulo Américo Eduardo Mamede Alaor Coutinho

1967– 1971	Luis Viana Filho	Luis Navarro de Brito Edivaldo Machado Boaventura
1971–1975	Antônio Carlos Magalhães	Rômulo Galvão de Carvalho Kleber Pacheco
1975– 1979	Roberto Santos	Carlos Corrêa de Meneses Sant´Anna
1979– 1982	Antônio Carlos Magalhães	Eraldo Tinoco
1983– 1986	João Durval Carneiro	Edivaldo Machado Boaventura

Ditadura e Cultura no Brasil

A produção cultural no Brasil pós-64 é intensa, ocorreu neste momento o que Roberto Schwarz chama de uma "floração cultural tardia". Houve grande movimentação artística, principalmente no eixo Rio - São Paulo. Até 1968, ano do Ato Institucional nº 5, “perdurava uma relativa hegemonia cultural de esquerda no país” (BOTELHO, 2001, p. 40). Em 1970, foi baixado o Decreto-Lei 1077 que estabelecia a censura prévia a livros, jornais, peças teatrais etc; neste período artistas e intelectuais deixaram o país fugindo da ditadura cada vez mais violenta e repressora.

Segundo Renato Ortiz, durante a ditadura militar a censura não se definia tanto pelo veto a qualquer produto cultural, mas como uma repressão seletiva que impossibilitava a manifestação de determinados pensamentos ou obras artísticas; se por um lado nesse período foi quando mais se produziu bens culturais no país, por outro lado, ele foi caracterizado por uma repressão ideológica e política intensa (ORTIZ, 1985, p. 89). A cultura era vista pelo Estado como questão de segurança nacional e foi usada, principalmente a partir do final da década de 60, como forma de melhorar a imagem interna e externa do governo.

> [...] o Estado sabe que não basta um revólver – como queria Goebbels – para controlar o mundo da cultura. São necessários planos, que combatam os planos dos “inimigos”. Nesse sentido, é definida uma política cultural de financiamento às obras divulgadoras do caráter nacional. A aliança Estado-empresário da cultura tem um sentido bastante preciso: capitalizar o mercado cultural e anular possíveis reações críticas à ditadura implantada. O grau de liberdade para a criação é inversamente proporcional aos investimentos do Estado na cultura. (GUERRA, Marco Antônio, 2004, p. 65)

Em 1975 foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Cultura, formulado por um grupo de técnicos e submetido à homologação do Conselho Federal de Cultura, nele "[...] a cultura se liga à identidade nacional e à preservação dos valores. As raízes culturais são vistas como questão de 'Segurança Nacional' no sentido que essa controvertida expressão significa 'preservação da nacionalidade'" (BOTELHO, 2001, p. 68), o plano foi criado num momento em que o processo econômico levava à grande concentração da população em centros urbanos, reivindicando a criação de um espaço cultural onde os bens simbólicos seriam consumidos por um público cada vez maior (ORTIZ, 1985, p. 83), nesse contexto se deu a consolidação de conglomerados como a TV Globo e a Editora Abril, aconteceu o boom da literatura com o advento de *best sellers,* crescimento da indústria do disco, do movimento editorial e da área cinematográfica. Assim, no sentido de buscar apoio de diversos setores da opinião pública, o governo investiu no discurso nacionalista ao mesmo tempo em que abria o campo cultural às empresas privadas e ao capital estrangeiro. "O Estado investe, sobretudo na esfera do teatro (Serviço Nacional de Teatro), do cinema (EMBRAFILME), do livro didático (Instituto Nacional do Livro), das artes e do folclore (FUNARTE)" (ORTIZ, 1985, p. 88) e deixa às empresas privadas a administração dos meios de comunicação.

Instituições culturais criadas no período para organizar e administrar a cultura:

ANO	AÇÕES
1966	- Criação do Conselho Federal de Cultura - Criação do Conselho Nacional de Turismo - Criação da EMBRATUR - Criação do Instituto Nacional de Cinema - Definição de uma política nacional de turismo[1]
1967	- Ministério de Telecomunicações - Criação do Sistema Nacional de Turismo - I Encontro Oficial de Turismo Nacional
1968	- Reunião dos Conselhos Estaduais de Cultura
1969	- Início da Gestão Jarbas Passarinho - Criação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme)
1970	- Transformação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto (IPHAN)
1972	- Reforma administrativa do Ministério de Educação e Cultura (MEC), cria-se o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), órgão para execução de uma política cultural. - I Congresso da Indústria Cinematográfica Brasileira
1973	- Lançamento do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH) – Seplan - Lançamento do Programa de Ação Cultural (PAC)

[1] A política de turismo tem impacto importante no processo de mercantilização da cultura popular.

	- Criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA)
1974	- Início da gestão Ney Braga/Euro Brandão no MEC
1975	- Lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) - Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) - Criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte) - Aprovação da Política Nacional de Cultura - Extinção do Instituto Nacional de Cinema (INC) e ampliação das atribuições da Embrafilme - I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus
1976	- Criação do Conselho Nacional de Cinema (Concine) - Aprovação do regimento interno do IPHAN - I Encontro dos Secretários Estaduais de Cultura - Criação da RADIOBRÁS
1978	- DAC se transforma em Secretaria de Assuntos Culturais.
1979	- Início da gestão Eduardo Portella no MEC - Transferência do PCH para o IPHAN - Criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - Criação da Fundação Nacional Pró – Memória (Pró-Memória) - Transformação do Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais em Fundação – Recife/PE - I Seminário Nacional de Artes Cênicas - I encontro Profissional de Artistas Plásticos Profissionais
1980	- Início da Gestão Rubem Ludwig no MEC
1981	- Transformação da SEAC em Secretaria da Cultura
1985	- Criação do Ministério da Cultura

É necessário destacar no contexto da política cultural levada a cabo pelas instituições culturais oficiais, a importância que Aluísio Magalhães teve ao colocar em prática no Ministério uma nova concepção de patrimônio cultural, não apenas material, mas também toda uma gama de comportamentos e fazeres do povo, que viriam a ser chamados de bens imaterias. Com sua nomeação para diretor-geral do IPHAN em 1979, teve início estudos para incorporação do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC e do Programa de Cidades Históricas ao IPHAN, concretizado com a transformação do Instituto em Secretaria do Patrimônio Artístico e Cultural - SPHAN e criação da Fundação Pró-Memória.

Em 1980, Aluísio Magalhães foi designado para assumir a Secretaria de Assuntos Culturais e preparar a fusão da SEAC e do SPHAN, disso resultou a Secretaria de Cultura, subdividida na Subsecretaria do Patrimônio Artístico e Cultural e na de Assuntos Culturais com suas respectivas Fundações a Pró-Memória e a FUNARTE. A política de cultura dessa nova Secretaria foi dividida em duas vertentes: a patrimonial e a de produção cultural. Sua Política visava “proteger, apoiar e recuperar as informações contidas no patrimônio cultural

brasileiro" (BOTELHO, 2001, p.118), ao mesmo tempo em que reconhecia a importância de estimular o fluxo criador contemporâneo.

Políticas Culturais na Bahia

Na Bahia, diferente do que acontecia no Brasil, o golpe de 1964 representou a desarticulação do movimento cultural que florescia no estado desde a década de 50. Com o golpe militar, parte dos intelectuais baianos migrou para a região sudeste, mais especificamente Rio e São Paulo[2]. Com exceção de poucos focos de resistência representados principalmente pelo Teatro Vila Velha, Clube de Cinema da Bahia, Instituto Goethe de Salvador (ICBA) e pela Jornada de Cinema da Bahia, além dos movimentos negros[3], pouco se realizou culturalmente no estado neste período fora das ações controladas pelo governo.

Com a evasão dos artistas e repressão aos movimentos culturais remanescentes, foi delegado ao Departamento de Ensino Superior e de Cultura – DESC, único órgão de cultura do governo até então, as ações culturais no estado. O campo artístico baiano apresentava pouco dinamismo, havia pouco investimento organizado na área da cultura, os equipamentos culturais (museus, teatros, bibliotecas etc) funcionavam de forma estanque e sem alinhamento com uma política comum.

> O DESC era um departamento da Secretaria de Educação e Cultura, esta, por sua vez, gigantesca. O que era do DESC? Departamento de Ensino Superior e da Cultura. O DESC era o Departamento da Secretaria de Educação e Cultura que cuidava do Ensino Superior. [...] O DESC também era a cultura. E o que era a cultura? A cultura eram as bibliotecas...A biblioteca pública, não tinha biblioteca no interior, e o desejo principal do Doutor Luis Viana Filho era disseminar bibliotecas. Uma pelo menos em cada cidade com mais de 100 mil habitantes. O Teatro Castro Alves tinha sido recuperado no final do governo de Antônio Balbino. Tinha a Bblioteca Pública, tinha o TCA...Isso era nossa cultura. [...] (Luis Henrique dias Tavares, Fundação Cultural, 2004, P. 29).

Durante o governo Luis Viana Filho, ouve uma reforma administrativa da Secretaria de Educação e Cultura que culminou na criação do Conselho Estadual de Cultura (CEC) em 1967, acompanhando a criação do Conselho Federal de Cultura. No regimento interno,

[2] Ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Fragmentos da Cultura na Bahia nos anos 50/60*

[3] A década de 1970 foi importante para a consolidação do discurso político e da ação social do movimento negro na Bahia.

aprovado em 1968, o CEC tinha por finalidade exercer as funções consultivas e normativas sobre as Artes, Ciências e Letras e o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, ele previa uma Câmara de Artes e Patrimônio Histórico e conferia ao Conselho formular a política cultural do estado, cooperar para a defesa de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual e municipal e aprovar o Plano Estadual de Cultura. (art. 36, lei n° 2464, regimento interno do conselho).

O Conselho Estadual de Cultura foi a primeira instituição estadual criada na Bahia para cuidar especificamente da cultura do estado. Antes disso as instituições estavam atreladas à educação e a cultura, como por exemplo, o DESC; esse é um passo importante para a elaboração de políticas para a cultura no estado. No Plano de Governo de Luis Viana Filho há um item relacionado ao "Ensino Superior e Cultura" que propõe a seguinte linha de atuação (BAHIA, Plano de Governo. 1970, p.54):

- Fortalecimento das instituições existentes, públicas e privadas, mediante a promoção ou suplementação de recursos para as suas atividades, inclusive construção ou ampliação de instalações, melhoria de seus equipamentos e acervos culturais e artísticos;
- Extensão da ação dos órgãos educacionais culturais, artísticos e intelectuais a todas as regiões do Estado, utilizados na plenitude os meios de divulgação disponíveis ou mobilizáveis;
- Estímulo à produção cultural, científica e literária;
- Ampla utilização dos veículos da cultura e da educação.

Foram definidas oito áreas viabilizar as metas acima: difusão cultural, atividades editoriais, teatro, dança, instituições culturais (estímulo e subvenção à instituições culturais do estado), música, museus e patrimônio artístico e artes plásticas.

Destacam-se as ações de difusão cultural, pela construção de um prédio em Salvador para receber a Biblioteca Central do Estado, como parte de um projeto do governador de criar um "Sistema Integrado de Bibliotecas"; de instituições culturais, pela criação do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural; e de artes plásticas, pela realização das Bienais de Arte da Bahia.

As Bienais de Arte da Bahia viveram a transição política marcada pela instauração do AI-5. Em 1966 aconteceu no Convento do Carmo em Salvador a I Bienal de Arte da Bahia, idealizada por Alaor Coutinho então Secretário de Educação e Cultura. A II Bienal

só viria a acontecer dois anos depois, quando o AI-5 estava em pleno vigor. Nessa ocasião houve a apreensão das obras de Lênio Braga, Antônio Manuel, Manuel Henrique e um desenho de Farnese Andrade por serem consideradas subversivas. As Bienais foram suspensas por decreto do Governador Luis Viana Filho, foram presos Juarez Paraíso, secretário geral das duas Bienais e Luis Henrique Dias Tavares, então diretor do DESC que havia apoiado oficialmente as Bienais. A III Bienal de Artes Plásticas não chegou a acontecer.

Com a instauração do AI – 5 o governo de Luís Viana Filho passou a viver sob um cerco de intimidações que levaram a ações extremas como a exoneração de Luís Navarro de Brito, então Secretário de Educação e Cultura e aumento do controle sobre as ações do próprio estado. No contexto das artes uma das conseqüências do ato foi a extinção das Bienais de Artes Plásticas.

A Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural foi criada em 1967 com o objetivo de assumir a função de preservação do patrimônio cultural do estado. As ações de recuperação dos monumentos históricos da Bahia, mais especificamente de Salvador, estiveram até então a cargo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição criada no Estado Novo com o objetivo de proteger a nível nacional o conjunto de bens históricos e artísticos. Em 1938 foram tombados quinze monumentos, edificações religiosas, civis e particulares em Salvador, situados entre a Antiga Sé e Santo Antônio Além do Carmo. Em 1946 o órgão foi transformado em Diretoria (DPHAN), criou-se então quatro distritos situados em Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Salvador. Essa medida foi importante por reconhecer a concentração patrimonial na região de Salvador e facilitar a transferência de recursos financeiros para as obras de conservação. Em 1966, para “estabelecer as linhas básicas da política de preservação de conjuntos e conseqüente exploração de turismo cultural” (IPAC, 1986, p. 09), foi solicitado pelo SPHAN uma assessoria técnica especializada da UNESCO através da Missão Parent. O relatório enviado à UNESCO pelo arquiteto Michel Parent sugeria a criação de uma Fundação para cuidar do patrimônio cultural estadual. Em decorrência do citado relatório, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia foi criada em 1967 e regulamentada em 1968, com fins turísticos e culturais.

> Serão turísticos e culturais os fins da Fundação e se prendem dentro do binômio cultura e turismo, à estabilização, restauração e aproveitamento condigno dos bens imóveis e móveis de interesse turístico, para fins de seu conhecimento, promoção e adequada utilização como centro turístico e de difusão cultural [...] (decreto n° 20.530 de 3 de janeiro 1968 *apud* IPAC, 1986, p. 14).

A Fundação era também identificada como "Fundação do Pelourinho" insinuando a intenção de delimitar, inicialmente, as ações da instituição à região entre Antiga Sé e Santo Antônio Além do Carmo, Centro Histórico de Salvador.

O Pelourinho, entre as décadas de 1930 e 1950, era o centro econômico, político e cultural de Salvador, lá ficavam os jornais, instituições culturais, os poderes legislativo e judiciário etc. A partir da década de 60, com a nova configuração urbana da cidade, marcada pela construção de grandes avenidas e do Centro Administrativo da Bahia, que deslocou os poderes para uma região periférica, desativação do bonde que circulava pelo pelourinho, do terminal de ônibus Praça da Sé e do Plano Inclinado do Pilar, as casas empresariais e equipamentos localizados na região fecharam ou emigraram e os casarios foram transformados em cortiços, o Pelourinho passou a ser conhecido como "Comunidade do Maciel".

A proposta da "Fundação do Pelourinho" era revitalizar o Centro Histórico da cidade através da "recuperação" arquitetônica e social da região, resgatar "as últimas possibilidades turísticas da Cidade que estarão irremediavelmente perdidas se um programa urgente e concreto de restauração não acudir à decadência sócio-econômica e física de que padecem" (IPAC, 1986, p. 13), tendo como finalidade principal o turismo. O objetivo era transformar a cultura do povo em

> ingrediente a ser instrumentalizado, dirigido, recuperado na *pureza* capaz de ser consumida pelo expectador/consumidor, ávido do exótico, do diferente. E a obra de arte, erudita ou não, estática na construção ou dinâmica nas manifestações, mas sempre avaliada como bem comerciável. A difusão cultural passa a ser programada pelo fluxo turístico previsível, em razão do que se torna inadiável restaurar física e socialmente a área. Restaurar, isto é, reaver formalmente o passado, segundo uma perspectiva e um interesse elitistas. Devolver os quarteirões à suposta ambiência de um mundo imaginariamente faustoso, resgatando a área do estigma presente de marginalidade para melhor se ajustar aos objetivos de turismo cultural. (IPAC, 1986, p. 14).

Para início das intervenções, foram criadas duas coordenações dentro da Fundação, a Coordenação de Conservação e Restauração – CCR, composta por um setor de estudos e

projetos e por um setor de obras, e a Coordenação de Planejamento e Pesquisa Social – COPLAN, com o setor encarregado de levantamentos e análises das condições sociais da área e o SERPA, para treinamento e produção artesanal.

O início da intervenção física do Largo do Pelourinho aconteceu com a desapropriação do sobrado n° 12 para ser a sede da Fundação e do n° 51, para sediar o Banco do Estado da Bahia hoje Casa de Jorge Amado.

Em 1976 iniciou a segunda gestão administrativa na Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, neste período boa parte das obras realizadas se deveram ao convênio com a SEPLAN-PR, Programa das Cidades Históricas do Nordeste. Em 1978 foi aprovada a lei nº 3.660 atribuindo à Fundação o poder de tombar bens culturais em nível estadual, passo indispensável para a atuação do órgão.

Em 1980, já na terceira gestão, a Fundação foi transformada em autarquia com o nome Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Neste período foi restaurado o imóvel de nº 36, onde foram instaladas famílias pagando um aluguel considerado razoável para manter conservado o imóvel, esse foi o último a ser financiado pelo convênio com a SEPLAN – PR, por esse motivo houve uma concessão por parte dessa Secretaria permitindo que o imóvel fosse utilizado para habitação, já que seu regulamento interno não permitia financiamento a imóveis com fins habitacionais.

Na prática, até o final da década de 1980 a Fundação trabalhou na restauração de edificações civis e religiosas do Pelourinho, ou seja, com os bens imóveis. No plano social elaborou o "Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel", que tinha como finalidade "promover um clima efetivo de atividades produtivas e rentáveis na área do Maciel, utilizando a mão-de-obra ociosa ou mal orientada; modificando o quadro educacional e criando novas condições de trabalho e de vida para os moradores da área" (IPAC, 1986, p. 20), ele previa a instalação de diversos equipamentos comunitários no Maciel (centro artesanal, centro de atividades artísticas, posto médico e posto policial), isso gerou, no entanto, uma grande contradição, pois a medida que os prédios eram restaurados para abrigar tais equipamentos, os habitantes eram desalojados sem que lhes fosse oferecida outra opção de moradia na área.

A atuação da "Fundação do Pelourinho" fora da capital se deu com a criação do Escritório Regional do Recôncavo em Cachoeira (para atender as cidades de Santo Amaro,

Nazaré das Farinhas e Cachoeira) e o Estudo de Desenvolvimento Urbano de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Entre 1972 e 1973 foi feito um levantamento sócio-econômico em Cachoeira para cadastramento social dos imóveis da cidade e censo sócio-ocupacional de seus moradores. Além do levantamento foram recuperados os prédios nº 28, 30 e 32 na mesma cidade. Em 1973 a Fundação passou a desenvolver projetos para "conhecimento sistemático e profundo dos aspectos sócio-econômicos dos municípios de Porto Seguro e Cabrália" através da Coordenação de Planejamento e Pesquisa Social.

Após Luis Viana Filho, Antônio Carlos Magalhães assumiu, em 1972, pela primeira vez o Governo da Bahia, dando início a uma "hegemonia política" no estado que viria a ser chamada de "carlismo". A política de cultura deste período encontra ainda a consolidação das instituições culturais oficiais. A última instituição cultural estadual criada no período ditatorial foi a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FCEBa), instituída pela Lei Estadual n° 3.095, de 26 de dezembro de 1972

> Que vincula a FCEBa à Secretaria de Educação e Cultura (SEC) como uma entidade de administração descentralizada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sede e foro na Capital do Estado e gozando ao mesmo tempo das imunidades e franquias asseguradas aos órgãos da administração centralizada. (Política Cultural do Estado, 1979 – 1982).

Apesar de ter sido instituída em 1972 a Fundação só foi criada efetivamente em 1974 com a aprovação do primeiro estatuto, ela tinha por finalidade "preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural" (Fundação Cultural, 2004, p. 31). Inicialmente a FCEBa possuía a Diretoria executiva e o Conselho Deliberativo, além delas foi incorporado à sua estrutura as bibliotecas, os museus (Museu de Arte da Bahia (MAB) e Museu de Arte Moderna (MAM), o Museu de Arte Popular era apenas uma referência) e o Teatro Castro Alves.

A partir de então, as instituições culturais estaduais baianas passaram a ser o Conselho Estadual de Cultura, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural e a Fundação Cultural do Estado. Ao CEC, cabia formular a política cultural do estado e aprovar o Plano Estadual de Cultura; o IPAC ficou responsável pela preservação do patrimônio cultural e a FCEBa pela "dinamização e criação da cultura".

O ítem relacionado à cultura do programa deste governo diz:

> Este programa imprimirá às atividades artísticas e culturais função didática mediante o estímulo, difusão e promoção dos recursos disponíveis. Tais atividades serão dinamizadas por intermédio de 3 itens específicos:
> Desenvolvimento das Artes;
> Difusão Cultural;
> Preservação do Patrimônio Cultural. (Programa de Governo, 1971, p. 281)

Os itens "desenvolvimento das artes" e "difusão cultural", foram, portanto, responsabilidade da Fundação Cultural. Neste período a FCEBa promoveu: Uma Homenagem ao poeta Godofredo Filho no campo da literatura; I Salão de Arte Infanto-Juvenil da Bahia; apresentação de "O Guarani" pelo Grupo de Ópera da Bahia, reabrindo a temporada operística de Salvador com "Madame Buterfly", "Tosca" e "La Traviata"; a "I Jornada Cultural do Estado"; reparação do interior e da fachada da Biblioteca Juracy Magalhães Júnior; implementação de bibliotecas móveis (instaladas em kombis), projeto chamado "carros – biblioteca" e o "Projeto Recital", destinado à música erudita. Foram poucas e orientadas para uma cultura erudita as ações da FCEBa nesse período.

As ações de preservação do patrimônio cultural consistiram na restauração das edificações do Pelourinho, sob orientação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural. Os objetivos turístico-culturais de tal intervenção, aparecem também na mensagem apresentada por Antônio Carlos Magalhães na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em 1972

> Como setores produtivos prioritários foram considerados o agrícola, o de mineração e o turismo [...] . A expansão e melhoramento [...] dos serviços de turismo que representam, aliás, destinações ecológicas, históricas e culturais". (Relatório de Governo, 1973, p. 13)

Nessa época, a relação entre cultura e turismo, que foi concretizada anos depois com a criação da Secretaria de Cultura e Turismo na Bahia, dava os passos iniciais.

Em 1976, já no governo Roberto Santos, o Conselho Estadual de Cultura passou pela seguinte alteração do regimento interno

> [...] d) cria a Câmara de Patrimônio, separando esse segmento da Câmara de Artes; e) altera a competência do CEC no tocante ao plano estadual de cultura, no qual, ao invés de *aprovação*, passa a *dar parecer*; f) determina emissão de parecer sobre: 1) aplicação dos

> fundos dos planos de cultura; 2) pedidos de publicação; 3) desapropriação e tombamento de bens culturais; 4) medidas de estímulo e amparo, valorização e difusão da cultura e sobre a instituição de prêmios de estímulo a atividades culturais; g) institui uma estrutura de serviços técnico-administrativos para a Secretaria Geral criando, pela primeira vez, uma estrutura de cargos em comissão, dando ao CEC uma base logística de funcionamento incorporada à estrutura da então Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia. (Disponível em: http://www.sct.ba.gov.br/cec_institucional_legislacao.asp)

No documento "Diretrizes para a ação governamental" deste governo seguem as linhas mestras que a política de cultura deveria seguir

> O Estado, como patrocinador da cultura, como gerador e mantenedor de dispositivos sociais que a estimulem, deve ser, agente capaz de estabelecer prioridades, de definir metas, e oferecer oportunidades de criação e fruição cultural. Incentivando e promovendo o "grupo criador", gerando recursos humanos na área da cultura, estar-se-á contribuindo para o crescimento do "grupo consumidor" e, conseqüente, desenvolvendo os padrões culturais da comunidade e abrindo caminho, a longo prazo, para o surgimento de uma "indústria cultural". (Diretrizes para a Ação Governamental, 1975)

O uso de "grupo criador", "grupo consumidor" e "indústria cultural" indicam a linha que a política desse governo deveria seguir. A Fundação Cultural nesse quadriênio desenvolveu ações características dessa definição, sua estrutura organizacional era formada pelo Serviço de Difusão Cultural e pelas Coordenadorias de Bibliotecas, Imagem e Som, Museus e Música e Artes Cênicas.

No âmbito do incentivo ao "Grupo Consumidor", a Coordenação de Bibliotecas ampliou os serviços do projeto "Carros – Biblioteca", que atuava nos bairros de Salvador; distribuição de livros de autores baianos em municípios do interior; implementação da Biblioteca Municipal Ernesto Simões Filho em Cachoeira e microfilmagem de jornais baianos. Da Coordenação de Música e Artes Cênicas, destacam-se ações de formação do público jovem através dos projetos "Teatro Escola I e II"; difusão do teatro no interior através de palestras e aulas com o projeto "Interiorização do Teatro", "Teatro nas Fábricas", "Teatro em Praça Pública" e "Popularização do Teatro". Ainda na área do teatro o programa "A Escola faz Teatro" dava acesso aos alunos da rede pública a ensaios e espetáculos do TCA. Na área de imagem e som houve o fomento da produção e exibição de filmes, na área dos museus houve incentivo através do projeto "A Escola vai ao Museu", atendendo escolas de 1° e 2° grau das redes municipais, estaduais e particulares de ensino.

No que concerne ao “Grupo Criador”, o Serviço de Difusão Cultural, dirigido por Eulâmpia Reiber, promoveu cursos e conferências enfocando momentos do teatro na Bahia, pesquisas sobre bailes pastoris e sobre o cordel. Nesse período foi implementada uma política no Teatro Castro Alves baseada no incentivo à produções próprias, visando criar um movimento permanente de peças teatrais e de dança.

Observa-se que o trabalho da Fundação Cultural no período em questão seguiu a proposta de política cultural do governo através de projetos culturais. Quanto ao incremento à estrutura dos equipamentos culturais do estado destaca-se a reforma da Concha Acústica e construção da Biblioteca Ernesto Simões Filho. Durante o Governo Roberto Santos a FCEBa teve três diretores: Luiz M. Monteiro da Costa (17/06/1974 – 25/11/1975), Fernando da Rocha Peres (25/11/1975 – 19/04/1977) e Valentin Calderón (22/04/1977 – 19/04/1979).

No quadriênio seguinte (1979- 1982), quando Antônio Carlos Magalhães assumiu novamente o governo do estado, as ações da área cultural foram propostas sob o pano de fundo da “valorização da identidade cultural baiana”, essa questão orientou as propostas e ações para a área.

Principais propostas para o campo da cultura: (Fundação Cultural, 1979, p. 25)

- realizar estudos com vistas ao desenvolvimento de uma estrutura cultural sólida, tanto à nível de equipamentos básicos como a nível de implementação de cursos, assegurando-se ao mercado de trabalho local dos produtores e grupos culturais, o que implicará em políticas creditícias, com vistas ao financiamento de equipamentos, bem como reequipamento e instalação de cinemas, salas de espetáculos, galerias, etc;
- promover estudos para o levantamento das condições dos acervos, cuidando-se de complementá-los e atualizá-los, de modo a que suas instituições possam traduzir a realidade, convertendo-se em “centros vivos” da cultura baiana;
- incentivar uma racional utilização de monumentos e lugares históricos como centro de atividades culturais e artísticas;
- incentivar investigações e pesquisas na área de cultura, com vistas à identificação, documentação, preservação, valorização e difusão do patrimônio artístico, monumental, artesanal, folclórico, entre outros;

- difundir a cultura através da utilização dos veículos de comunicação de massa, bem como dos canais de expressão das diversas comunidades, preservando-se, principalmente, a comunicação entre as pessoas;
- estreitar as relações com organismo federais, estaduais e municipais e/ou outras entidades culturais, visando à racionalização da ação no setor, evitando-se a duplicação de esforços, entrechoques, desperdício de recursos e concatenando ações conjuntas, através de uma troca sistemática de informações;
- manter contatos com organismos de outros países, principalmente da América Latina e África, cujas raízes, tradições culturais e situações - problemas se identificam com as nossas, procurando enriquecer as experiências e o encaminhamento das soluções;
- incentivar a formação e a capacitação de administradores culturais e a preparação de animadores culturais;
- buscar fontes alternativas de financiamento para o desenvolvimento cultural na área federal, bem como criar estímulos legais para canalizar fundos privados, com fins culturais;
- estudar e regulamentar a legislação de proteção ao patrimônio histórico, artístico, monumental, cultural e natural;
- manter contatos sistemáticos com organismo internacionais, federais, municipais e outros, visando a coordenação e de esforços à captação de recursos para o financiamento de trabalhos de restauração do nosso patrimônio.

As ações do governo foram divididas em duas linhas de atuação, uma privilegiando a dinamização das ações culturais e outra estimulando o processo de preservação do patrimônio cultural.

As ações relacionadas à “dinamização das ações culturais”, responsabilidade da Fundação Cultural do Estado, estiveram voltadas para duas dimensões: ações de base e ações de animação.

As ações de base tinham o objetivo de “assegurar condições necessárias para a produção artística e cultural, através de cursos, concursos, seminários, oficinas, estudos, pesquisas, edições literárias, discos, criações artísticas, etc, desenvolvendo as interfaces de produção e co-produção” (Fundação Cultural, 2004, p. 46). No aspecto “produção”

enquadra-se a criação do corpo de baile do Teatro Castro Alves, implementação do Quarteto de Cordas, criação da Orquestra Sinfônica, Oficinas de Criação de Arte em Série, atividades de ordem sócio-cultural desenvolvidas pelos grupos de trabalho, Curso Livre de Teatro e Oficinas de Música e Artes Cênicas. As atividades da linha de co-produção foram ações regulamentadas através de concurso.

As ações de animação eram caracterizadas por atividades de curta duração, abrangendo realização de espetáculos, lançamentos, feiras, exposições, encontros e outros eventos e se desenvolveram através das linhas de promoção e colaboração.

Na linha de colaboração, a FCEBa estabeleceu relações culturais com outras entidades em duas instâncias, uma institucional outra informal. Na instância institucional as relações se produziram sob a forma de assistência técnica, com as entidades as quais mantinha convênio de manutenção, aí se inserem o Museu Carlos Costa Pinto, Museu das Alfaias, Museu Recolhimento dos Humildes de Santo Amaro, Fundação Hansen Bahia e Fundação Juracy Magalhães Júnior, e de cooperação técnica, financeira e de promoção de eventos, nos quais inserem-se instituições como OEA e UNESCO a nível internacional, FUNARTE, PRÓ-MEMÓRIA, UFBA, CEF, INL, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação MUDES e DEMEC a nível federal, CONDER, DESENBANCO, BAHIATURSA, EMTUR, CIA, COFIC, SEC, Secretaria de Indústria e Comércio a nível estadual, ACBEU, Aliança Francesa, ICBA, Gabinete Português de Leitura, SECNEB, Tatro Gamboa, Associação dos Músicos Profissionais da Bahia, ABET, APATEDEBA, Academia e Letras da Bahia, Ordem dos Trovadores e Literatas de Cordel, entre outros referentes a organismos diversos e associações de classe. Na instância informal as relações aconteceram sob a forma de troca de experiências.

Nesse período foram criados na FCEBa, grupos de trabalho (GT´s) “absolutamente informais, não burocráticos, altamente interativos e de forte capilaridade com a sociedade” (Geraldo machado, Fundação Cultural, 2004, p. 48). Criou-se o GT – I (Grupo de Trabalho de Interior), o GT – B (Grupo de Trabalho dos Bairros/Prodasec), o GT – M (Grupo de Trabalho Memória), o GT – E (Grupo de Trabalho Educação). Segundo Eulâmpia Reiber a invenção dos GT´s ampliou o universo de atuação da FCEBa, pois antes não se trabalhava sistematicamente com o sócio-cultural. (Eulâmpia Reiber, Fundação Cultural, 2004, p. 48).

ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO CULTURAL

As ações de preservação do patrimônio consistiram na restauração física do Pelourinho, atividade coordenada pelo IPAC. Com relação às atividades de preservação e dinamização do acervo documental, histórico e cultural baiano, houve a instalação do Arquivo do Estado da Bahia na Quinta do Tanque com atividades de classificação e preservação dos documentos.

No quadriênio seguinte 1983-1986, a política da Secretaria de Educação e Cultura foi dividida em programas, subprogramas e projetos. Os programas foram estabelecidos segundo escalas de prioridades e recursos, o Programa Estratégico teve papel prioritário, em segundo plano o Especial e por último o de Ações Básicas. Abaixo um quadro com a programação da SEC relativa ao subsistema cultura.

PROGRAMA	SUBPROGRAMAS	PROJETOS	UNIDADES EXECUTORAS
1. Programa Estratégico	1.1 Dinamização Cultural	-Construção e equipamento de centros de cultura;	- FCEB
		-Recuperação da Concha Acústica;	- FCEB
		- Desenvolvimento e difusão cultural;	- FCEB
2. Programa Especial	2.1 Utilização de Tecnologias para a educação e cultura	- Utilização dos meios de comunicação de massa para fins educacionais e culturais	- IRDEB
3. Programa de Ações Básicas	3.1 Dinamização da Memória Cultural	-Preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico e natural do Estado da Bahia;	- IPAC
		-Implantação do Sistema Estadual de Arquivos;	- APEB
		-Dinamização dos Arquivos Públicos e Particulares.	- APEB
	3.3 Melhoria dos Serviços de Educação e Cultura	-Modernização Administrativa da FCEB;	- FCEB
		- Desenvolvimento de Recursos Humanos para área cultural.	- FCEB

Sob a direção de Olívia Barradas, a Fundação Cultural finalizou a construção dos Centros de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista); Centro de Cultura de Porto Seguro; Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença); Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro); Centro de Cultura de Alagoinhas; Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna) e Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana), essa ação visava a formação de um circuito estadual de ações culturais.

O Conselho Estadual de Cultura funcionou no período com as Câmaras de Ciências, de Letras, de Música, Artes cênicas e Artes Visuais, de Patrimônio Artístico Arqueológico e Natural, e com as Comissões Editorial e de Legislação e Normas. Além disso, foram constituídas no Conselho as seguintes comissões especiais e grupo de trabalho:

- Comissão Especial para Elaboração do Dicionário dos autores Baianos;
- Comissão Espacial para elaboração de um projeto visando à criação de Prêmios Culturais a serem indicados ao Governo do Estado;
- Comissão Temporária com a finalidade de oferecer Parecer ao Plano Estadual de Cultura, oriundo da SEC;
- Comissão Especial para tratar da interiorização das atividades do Conselho;
- Grupo de Trabalho para estudar e propor recomendações objetivando a estruturação de uma Secretaria de Estado de Cultura.

Considerações Finais

O período da ditadura militar na Bahia se apresentou como o tempo em que o governo reprimiu de forma intensa os movimentos culturais da sociedade civil e centralizou em si as ações culturais do estado. A cultura foi usada também, assim como no âmbito nacional, como forma de destacar dentro da diversidade cultural baiana uma “identidade” para exportação; para controlá-la o estado investiu mais do que em qualquer outro momento anterior neste campo. A criação das principais instituições culturais do estado nesse período foi conseqüência de tal centralização e investimento, disso resultou uma demarcação maior do papel da cultura dentro do governo. Com relação à preservação dos bens culturais no estado, durante todo o tempo verificou-se grande atenção à restauração dos casarios e edificações religiosas do Pelourinho, ou seja, dos bens materiais, apesar da proposta do IPAC de gerenciar também os bens culturais imateriais.

Referências Bibliográficas
Livros:

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2001.

CASTELO, José. A Centralidade do Estado. In. LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (org.) *Cultura*, 2002.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo, Fapesp/ Iluminuras, 1997.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. *Memória da Cultura – 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia*. Salvador, 2004.

GUERRA, Marco Antônio. *Carlos Queiroz Telles: história e dramaturgia em cena (década de 70).* São Paulo, Annablume, 2004.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro / Brasília, Nova Fronteira / Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MICELI, Sérgio (org.) *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

RISÉRIO, Antonio. *Uma História da Cidade da Bahia*. São Paulo, Versal Editores, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Fragmentos da Cultura na Bahia nos anos 50/60.*

SCHWARZ, R. "Cultura e política, 1964-1969 Alguns Esquemas" In: *O Pai de Família e Outros Estudos*. R de Janeiro, 1978.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador / São Paulo, Edufba / Editora da Unesp, 2001.

Documentos oficiais:

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Aspectos Conceituais da Política Cultural do Governo do Estado. Salvador, 1982.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Aspectos Organizacionais da Área de Cultura a Nível de Estado. Salvador, 1982.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL. Legislação de proteção de bens culturais da Bahia. Salvador, 1984.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL. Plano de ação integrada do centro histórico de Salvador. Salvador, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL. Política e Programa de Preservação do Patrimônio, Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Estado da Bahia. Salvador, 1986.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA Relatório anual de atividades, 1974. Salvador, 1975.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Governo 1972/1974. Salvador, 1971.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de governo. Salvador, 1970.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Relatório anual de atividades, 1973. Salvador, 1974.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Relatório anual de atividades.– 1984. Salvador, 1985.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Relatório de atividades - quatro anos depois 1975/1979. Salvador, 1980.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Relatório de atividades. Educação e Cultura na Bahia 1984-1987. Salvador, 1985.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Relatório de atividades. Quadriênio 1979 – 1983. Salvador, 1983.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Relatório de atividades. Três Anos de Educação e Cultura na Bahia 1983, 1984, 1985. Salvador, 1986.